



Com mudança no mercado de riscos, BR-381/MG tenta leilão deserta

(<https://www.agenciainfracom.br/mudanca-no-mercado-e-sem-mitigar-riscos-br-381-mg-tem-nova-tentativa-de-leilao-deserta/>)

(<https://www.agenciainfracom.br/mudanca-no-mercado-e-sem-mitigar-riscos-br-381-mg-tem-nova-tentativa-de-leilao-deserta/>)

mudanca-no-mercado-e-sem-mitigar-riscos-br-381-mg-tem-nova-tentativa-de-leilao-deserta/)

Leia Mais »

(<https://www.agenciainfracom.br/mudanca-no-mercado-e-sem-mitigar-riscos-br-381-mg-tem-nova-tentativa-de-leilao-deserta/>)

mudanca-no-mercado-e-sem-mitigar-riscos-br-381-mg-tem-nova-tentativa-de-leilao-deserta/)

br-381-mg-tem-nova-tentativa-de-leilao-deserta/)

deserta/)



(<https://www.agenciainfra.com/blog>)



Receba Nosso Boletim Gratuito

INSCREVER-SE



TRANSPORTE

ENERGIA

DEBATE

NA TRANSIÇÃO

LIVE E EVENTOS

ASSINE NOSSOS SERVIÇOS



(<https://www.compassbr.com/>)

COMPASS
comgas COMMIT sulgás NECTA

MELHOR DO ANO
exame
M20
M23
MELHORES E MAIORES

Promovendo uma transição energética segura e eficiente.
Saiba mais

(<https://www.compassbr.com/>)

iNFRA Debate: Agências reguladoras independentes, só com procuradorias independentes

● fevereiro 11, 2021(<https://www.agenciainfra.com/blog/2021/02/11/>)



Mauricio Portugal Ribeiro* e Eduardo Jordão**

Há cerca de quatro anos, os autores deste texto escreveram um pequeno manual intitulado “Como Desestruturar uma Agência Reguladora em Passos Simples”

(<https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/155/132>).

Compartilhe essa Notícia

Facebook

Twitter

LinkedIn

Transmissão ao vivo - 23/11, À PARTIR DAS 18H
Acompanhe e analise os projetos de expansão e escoamento do gás do pré-sal pela Nova Transportadora do Sudeste (NTS).
[Clique aqui para assistir](#)

(https://youtube.com/live/LTnkLva_lb feature=share)

Últimas Notícias



Cobrança no sistema de dezembro em rodovia do Sul

(<https://www.agenciainfra.com.br>)

no-sistema-free-flow-est

3 de dezembro de

começa-

15-de-

Seu objetivo era mapear e denunciar as condutas adotadas pelo poder concedente, pelos órgãos de controle e pelas próprias agências que contribuíam para o enfraquecimento institucional das agências reguladoras no país.

Mas as ameaças ao modelo institucional do Estado Regulador brasileiro não pararam por aí, e aqui nos vemos adicionando elementos àquele já vasto repositório anterior.

Por todo o Brasil, encontram-se hipóteses de submissão – por lei, ou normatização infralegal – da procuradoria das agências reguladoras às regras e aos entendimentos jurídicos da advocacia ou procuradoria do poder concedente (AGU ou procuradorias dos estados ou dos municípios). Às vezes, a submissão não decorre *diretamente* da lei ou da normatização infralegal, mas apenas de uma específica interpretação dela.

Seja como for, essa submissão é dificilmente compatível com o modelo institucional de Estado Regulador brasileiro. As procuradorias das agências assessoram juridicamente as agências na sua posição de árbitro neutro e imparcial na

dezembro-
em-
rodovia-
estadual-
do-rio-
grande-do-
sul/)



**Sem orçamento
governo não pa
relicitação aind
(https://www.:**

orcamento-
de-r-219-
milhoes-
governo-
nao-paga-
indenizacao-
e-
primeira-
relicitacao-
ainda-
segue-
inconclusa/)

**orcamento-de-
paga-indenizac
ainda-segue-in
2 de dezembro de**



**Desenvolvimen
entram em deb
(https://www.:**

sustentavel-
e-
transicao-
energetica-

**sustentavel-e-t
no-moveinfra-2
1 de dezembro de**

esfera administrativa, responsável por julgar os litígios entre poder concedente, usuários e concessionário. Sendo assim, não deveriam se subordinar a entendimentos jurídicos das instituições que têm como missão institucional defender os interesses do poder concedente. Admitir isso equivaleria a admitir que o assessor de um juiz seja subordinado ao advogado de uma das partes.

Para acentuar esse problema, é comum que membros da carreira da advocacia-geral ou da procuradoria-geral ocupem posições de procurador das agências reguladoras. Por exemplo, vários entre os atuais procuradores gerais das agências reguladoras federais são membros da carreira da AGU (Advocacia-Geral da União). Também no estado de São Paulo todos os consultores jurídicos das agências reguladoras (cargo equivalente ao de procurador-geral da agência) integram a carreira da PGE-SP (Procuradoria Geral do Estado de São Paulo).

Leia também: iNFRA Debate: Efetividade do instituto da reabilitação da pessoa jurídica e a

entram-
em-
debate-no-
moveinfra-
2023-em-
dezembro/)

Inscriva-se
para receber o
boletim
semanal
gratuito!

**INSCREVER-
SE**

exigência de reparação dos danos causados ao erário

(<https://www.agenciainfra.com/blog/infradebate-efetividade-do-instituto-da-reabilitacao-da-pessoa-juridica-e-a-exigencia-de-reparacao-dos-danos-causados-ao-erario/>)

Não se trata aqui de questionar a isenção ou independência de nenhum procurador, individualmente considerado. Trata-se de observar que o modelo tende a criar incentivos inadequados – tanto os relacionados ao prosseguimento da carreira do procurador, como aqueles relacionados aos vieses próprios decorrentes de um específico enquadramento profissional.

A submissão da procuradoria das agências à procuradoria do poder concedente tem dupla origem. A primeira resulta do enquadramento das agências como autarquias, que eram entidades subordinadas funcionalmente à administração direta. Havia, por isso, todo um conjunto de normas e uma tradição de subordinação jurídica das autarquias a entendimentos adotados pela

administração direta, o que, pela própria força da tradição, terminou sendo estendido indevidamente às agências reguladoras.

A outra origem são as pressões corporativas. Alguns membros da advocacia pública militam pelo monopólio da assessoria jurídica à administração pública. Posicionam-se contra a possibilidade de haver qualquer elemento estranho à carreira responsável por funções jurídicas. Todavia, a própria pertinência à carreira de procurador do poder concedente deveria ser, neste caso, considerada impedimento para exercer o cargo de procurador da agência, particularmente o de procurador-geral, por incompatibilidade com a independência que se espera dessa posição, notadamente em face do poder concedente.

É essencial que a procuradoria-geral das agências seja independente da advocacia ou procuradoria-geral do poder concedente, tanto nas suas posições jurídicas, quanto funcionalmente. A solução mais compatível com o modelo de Estado Regulador seria simplesmente proibir a ocupação do cargo de procurador da agência,

particularmente o de procurador-geral, por um membro da carreira de procurador ou advogado do poder concedente.

O ideal seria cogitar de uma carreira específica para os procuradores da agência. Alguns entendem que, para isso, seria necessário o STF (Supremo Tribunal Federal) superar a posição adotada no julgamento da ADI 145/CE e em outros precedentes nos quais entendeu que a existência de órgãos jurídicos no âmbito das autarquias e fundações distintos da procuradoria-geral afronta o artigo 132 da Constituição Federal. Contudo, o STF já excepcionou essa regra na ADI 5215, que admitiu a criação de carreira jurídica separada da da procuradoria-geral no caso de universidades. No entendimento do STF, a carreira separada nesse caso seria por um lado uma decorrência da autonomia universitária e por outro lado um instrumento indispensável para defendê-la. Com ainda mais razão, essa exceção deveria ser aplicada às agências reguladoras, em vista da essencialidade da preservação da independência para o bom desempenho da missão dessas entidades.

Leia também: iNFRA Debate: A derrubada dos vetos presidenciais e a pacificação da Lei das Ferrovias

(<https://www.agenciainfra.com/blog/infradebate-a-derrubada-dos-vetos-presidenciais-e-a-pacificacao-da-lei-das-ferrovias/>)

***Mauricio Portugal Ribeiro é especialista na estruturação e regulação de concessões e PPPs (parcerias público-privadas), sócio do Portugal Ribeiro Advogados, professor de Modelos Regulatórios da FGV, mestre em Direito pela Harvard Law School, autor de vários livros e artigos sobre concessões, PPPs e outros temas dos setores de infraestrutura.**

****Eduardo Jordão é professor da FGV Direito Rio e sócio do Portugal Ribeiro Advogados. Doutor pelas Universidades de Paris e de Roma. Mestre pela USP e pela LSE. Foi pesquisador visitante em Harvard, Yale, MIT e Institutos Max Planck**

O iNFRA Debate é o espaço de artigos da Agência iNFRA com opiniões de seus atores que não refletem necessariamente o pensamento da Agência iNFRA, sendo de total responsabilidade do autor as informações, juízos de valor e conceitos descritos no texto.

Tags:

ADI 145/CE (<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/adi-145-ce/>), ADI

5215 (<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/adi-5215/>),

administração pública

(<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/administracao-publica/>),

advocacia (<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/advocacia/>),

Advocacia-Geral da União

(<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/advocacia-geral-da-uniao/>),

Agências Reguladoras

(<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/agencias-reguladoras/>), AGU
(<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/agu/>), autarquias
(<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/autarquias/>), Eduardo
Jordão (<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/eduardo-jordao/>),
Estado Regulador (<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/estado-regulador/>),
Maurício Portugal Ribeiro
(<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/mauricio-portugal-ribeiro/>),
órgãos de controle (<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/orgaos-de-controle/>), PGE-SP (<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/pge-sp/>),
poder concedente
(<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/poder-concedente/>),
procuradoria (<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/procuradoria/>),
STF (<https://www.agenciainfra.com/blog/tag/stf/>)

Notícias Relacionadas



(<https://www.agenciainfra.com/br/noticias/2023/12/03/cobranca-no-sistema-free-flow-comeca-15-de-dezembro-em-rodovia-estadual-do-rio-grande-do-sul/>)

Cobrança no sistema free flow começa 15 de dezembro em rodovia estadual do Rio Grande do Sul

(<https://www.agenciainfra.com/br/noticias/2023/12/03/cobranca-no-sistema-free-flow-comeca-15-de-dezembro-em-rodovia-estadual-do-rio-grande-do-sul/>)

3 de dezembro de 2023



(<https://www.agenciainfra.com/br/noticias/2023/12/02/orcamento-de-r-219-milhoes-governo-nao-paga-indenizacao-e-primeira-relicitacao-ainda-segue-inconclusa/>)

Sem orçamento de R\$ 219 milhões, governo não paga indenização, e primeira relicitação ainda segue inconclusa

(<https://www.agenciainfra.com/br/noticias/2023/12/02/orcamento-de-r-219-milhoes-governo-nao-paga-indenizacao-e-primeira-relicitacao-ainda-segue-inconclusa/>)

2 de dezembro de 2023



(<https://www.agenciainfra.com/t-sustentavel-e-transicao-energetica-entram-em-debate-no-moveinfra-2023-em-dezembro/>)

Desenvolvimento sustentável e transição energética entram em debate no MoveInfra 2023, em dezembro

(<https://www.agenciainfra.com/sustentavel-e-transicao-energetica-entram-em-debate-no-moveinfra-2023-em-dezembro/>)

1 de dezembro de 2023



(<https://www.agenciainfra.com/t-paperless-e-productividade-no-canteiro-de-obras/>)

Processos “paperless” e produtividade no canteiro de obras

(<https://www.agenciainfra.com/paperless-e-productividade-no-canteiro-de-obras/>)

1 de dezembro de 2023

governo-
nao-paga-
indenizacao-
e-primeira-
relicitacao-
ainda-
segue-
inconclusa/)

Copyright © 2023. Todos os direitos reservados.

**NOSSOS (HTTPS://WWW.AGENCIAINFRA.COM/BLOG/NOSSOS-
PRODUTOS PRODUTOS/)**
SOBRE NÓS(HTTPS://WWW.AGENCIAINFRA.COM/BLOG/SOBRE-NOS/)
CONTATO(HTTPS://WWW.AGENCIAINFRA.COM/BLOG/CONTATO/)